



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Comissão Parlamentar de Educação e Ciência – Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação – audição conjunta: SIEE e Sindicato Nacional dos Psicólogos – 13.07.2017

“Transferência de competências para os municípios na área da educação e os efeitos nas escolas”.

Saudação:

Senhora Coordenadora, Sr.s Deputados, Sr. Representante do Sindicato Nacional dos Psicólogos - boa tarde.

Começamos por agradecer o convite que nos foi feito e dizer que valorizamos muito esta audição.

Dando continuidade à nossa pronúncia por escrito, bem como à nossa intervenção na audição conjunta realizada no passado dia 4, apresentaremos algumas questões que nos preocupam relativamente ao assunto em discussão.

Enquanto elementos da Direção do Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino (SIEE) o nosso foco centra-se nos aspetos relacionados com a educação e a ação da Inspeção-Geral da Educação e Ciência. Nesse sentido, ainda que de forma sucinta, abordaremos a questão da:

Descentralização da educação *versus* centralização da IGEC

É com preocupação que este Sindicato vem acompanhando a discussão sobre a Proposta de Lei, relativa à descentralização de competências, em particular no que à educação diz respeito. E é com preocupação, pois quanto mais a analisamos mais questões e dúvidas nos surgem. Se não vejamos:

É certo que esta proposta de lei preconiza:

- 1 - a concretização de um dos princípios consagrados na CRP (o princípio da descentralização democrática da Administração Pública, visando a proximidade dos cidadãos e o desenvolvimento regional);
- 2 - o reforço do poder local, (reconhecendo que as autarquias, conhecedoras das especificidades do seu contexto, são órgãos privilegiados para adequar procedimentos);
- 3 - uma maior eficiência e eficácia dos serviços (pretendendo responder de forma mais ágil e útil às necessidades dos cidadãos)



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Contudo, existe uma outra faceta e é essa que nos preocupa e nos merece alguns reparos:

Na verdade, a pretexto de reforçar o poder local e de dar mais autonomia às escolas, têm sido ensaiados vários modelos de delegação de competências, dos quais um dos mais recentes é o denominado *Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Contrato de Educação e Formação Municipal*. Todavia, apesar de existirem municípios onde foram implementados projetos-piloto de atribuição de competências no âmbito da educação e formação, não temos conhecimento de qualquer avaliação realizada quando às mais-valias [ou menos-valias?] dos processos em curso.

Espanta-nos que se façam experiências, que não sejam avaliadas, que não se deem a conhecer os seus resultados (colocando assim em causa a sua essência experimental). Espanta-nos que se salte para outras experiências, eventualmente estruturantes para o país, sem analisar com seriedade o que aconteceu com as anteriores.

Informalmente, chegaram a este Sindicato relatos de concelhos onde a *municipalização* (como tem vindo a ser conhecida) trouxe benefícios para os utentes e outros onde os serviços de educação deixaram de cumprir os padrões de qualidade esperados! Quanto às causas? Residem apenas e só nas diferentes formas como presidentes de câmara e vereadores encaram as questões da educação...

E esta situação não deixa de ser preocupante! Na verdade, pode a educação das nossas crianças e dos nossos jovens, bem como dos adultos que pretendem prosseguir os seus estudos, depender da forma como as questões relativas à educação são encaradas pelos responsáveis autárquicos?

Ao Estado compete assegurar, a todas as crianças e jovens, o direito a uma educação de qualidade e em condições de equidade. A Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) tem um papel fundamental para que tal seja garantido a todos os cidadãos!

E é aqui que nos surge a nossa maior preocupação, pois nos últimos anos temos assistido a uma centralização cada vez maior da IGEC, que tem vindo a abandonar o território onde tinha *delegações regionais* (Alentejo/Évora e Algarve/Faro) e a deixar a sua tradição de proximidade aos cidadãos e às escolas – tem vindo a deixar de ser uma inspeção *pró-ativa e preventiva* para se tornar, cada vez mais, uma



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

inspeção *reativa* a situações e necessidades que vão surgindo. Assim, como será possível garantir os padrões desejáveis?

Só com o reforço dos seus programas de acompanhamento, de avaliação, de controlo, de auditoria e de provedoria será possível cumprir esse desiderato! Só uma IGEC com um plano de atividades estratégico, abrangente dos diversos graus e sistemas de educação e ensino, bem planeado e estruturado, pode assegurar, aos cidadãos e ao Estado, que todos os cidadãos têm acesso a uma educação/ensino de qualidade em condições de equidade e de justiça.

No entanto, para executar os seus programas é preciso clarificar a intervenção da IGEC no seu posicionamento face às políticas de descentralização!

No entanto, para executar os programas, são necessários recursos humanos! E a IGEC está cada vez mais esvaziada deles! Importa aqui referir que há anos que este Sindicato vem lutando pelo reforço do efetivo dos Inspetores. A realidade, apenas nos mostra que o número vai decrescendo de ano para ano!!! De referir que a prometida abertura de concurso de ingresso para 30 inspetores (número insuficiente, de resto) até esse, previsto para abrir até ao final de 2016, não aconteceu!!! E quanto às razões nada sabemos, ainda que este Sindicato venha a insistir em ser recebido pelos senhores ministros da tutela.

A concluir, importará referir:

1. A necessidade urgente de uma nova Lei Orgânica da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), que consagre para este organismo uma dupla tutela – da AR e dos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, em articulação com o poder descentralizado, no âmbito da educação, do ensino e da ciência, de forma a garantir serviços de qualidade e assegurar a prevalência, para todos os cidadãos, dos princípios da justiça, legalidade e igualdade.

2. A necessidade de reativação no "interior" de muitos serviços públicos e de muitas valências encerrados nos últimos anos, que desertificaram o nosso território e abandonaram uma indispensável prática de proximidade relativamente aos cidadãos e aos utentes.

3. Neste quadro, é fundamental que a atual Inspeção-Geral da Educação e Ciência recupere as *Delegações Regionais* do Alentejo/Évora



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

e do Algarve/Faro, com o exercício pleno de todas as competências de inspeção, e fazendo regressar às atuais Áreas Territoriais do Norte/Porto e do Centro/Coimbra algumas das valências que lhes foram abusivamente retiradas, nomeadamente a da Provedoria, e atribuindo-lhe outras, nomeadamente de acompanhamento de escolas e projetos inovadores, bem como de controlo e de auditoria, tendo particular atenção à qualidade da educação/ensino e ao controlo da despesa, quer no ensino público, quer no ensino particular e cooperativo financiado pelo Estado. Para tal é necessário e urgente dotar a IGEC dos recursos humanos necessários, situação que nem acarreta despesa substancial ao Estado, pois trata-se meramente de um procedimento concursal interno.

4. Esta são propostas que o SIEE tem vindo a defender já há algum tempo, parecendo-nos agora o momento oportuno para as relembrar.

A Direção do SIEE